

Práticas e movimentos de cuidados coletivos: interfaces com a Política Municipal de Cuidado de Belo Horizonte

Ana Beatriz Nogueira Pereira¹

Sabrina Finamori²

Universidade Federal de Minas Gerais

PEREIRA, Ana Beatriz Nogueira; FINAMORI, Sabrina. **Práticas e movimentos de cuidados coletivos: interfaces com a Política Municipal de Cuidado de Belo Horizonte**. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (30): 227-244, setembro a dezembro de 2025. ISSN: 2358-5587

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir sobre a noção de cuidados coletivos a partir das articulações entre movimentos sociais e políticas públicas. Partindo de pesquisa etnográfica em um movimento social da cidade de Belo Horizonte (MG) e das políticas públicas da cidade, apresentamos e discutimos como a noção de práticas ancestrais de cuidados coletivos têm sido mobilizadas na interseção entre Estado e ativismos.

Palavras-chave: cuidado; cuidado coletivo; políticas públicas.

¹ Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2024). Pesquisadora junto ao Grupo de Pesquisa em Gênero e Sexualidades da Universidade Federal de Minas Gerais.

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Collective care practices and movements: interfaces with the Municipal Care Policy of Belo Horizonte

Abstract: The aim of this article is to reflect on the notion of collective care based on the links between social movements and public policies. Based on ethnographic research in a social movement in the city of Belo Horizonte (MG) and the city's public policies, we present and discuss how the notion of ancestral practices of collective care have been mobilized at the intersection between the state and activism.

Keywords: care, collective care, public policies

Prácticas y movimientos de cuidados colectivos: interfaces con la Política Municipal de Cuidado de Belo Horizonte

Resumen: El objetivo de este artículo es reflexionar sobre la noción de cuidados colectivos a partir de las articulaciones entre movimientos sociales y políticas públicas. Partiendo de una investigación etnográfica sobre un movimiento social de la ciudad de Belo Horizonte (Minas Gerais) y de las políticas públicas de la ciudad, presentamos y discutimos cómo la noción de prácticas ancestrales de cuidados colectivos se ha movilizó en la intersección entre el Estado y el activismo.

Palabras clave: cuidado; cuidado colectivo; políticas públicas.

No ano de 2018, no Aglomerado da Serra, maior conjunto de vilas e favelas de Belo Horizonte e um dos maiores da América Latina, formado por oito vilas localizadas próximas à região central e bairros nobres da capital de Minas Gerais, começa a se constituir um movimento de mulheres periféricas. Centrado na crítica às estruturas desiguais de poder e opressão e em práticas de cuidados coletivos produzidas por e voltadas para mulheres como formas de desafiar e transformar tais estruturas, este movimento tem início por iniciativa de três lideranças comunitárias, mulheres ativistas e atuantes em projetos sociais e culturais no território desde a adolescência. Segundo elas, cujas mães, avós, tias e vizinhas, também atuaram historicamente em diferentes formas de ativismo comunitário, o movimento denominado “Coletiva Mulheres da Quebrada”³ começa pela necessidade e pela vontade de “fazer alguma coisa” com os muitos incômodos que sentiam diante da realidade de opressão e desigualdade vivida pelas mulheres negras e periféricas de seu território. Realidade marcada por violências e especialmente pela sobrecarga do trabalho de cuidar de todos e pela inversamente proporcional ausência de cuidados experienciada por elas.

Compreendemos a Coletiva como um movimento territorializado, produzido a partir de esforços de autodefinição (COLLINS, 2019), afirmação de identidades políticas, resistências e contraposição às estruturas interligadas de opressão, especialmente aquelas de raça, classe, gênero e território. Neste artigo, discutiremos como a noção de práticas ancestrais de cuidados coletivos tem sido mobilizada na interseção entre Estado e movimentos sociais, culminando na elaboração de políticas públicas de cuidado. Para tanto, partimos da etnografia realizada pela primeira autora deste artigo entre os anos 2020 e 2024 junto ao movimento e da observação e participação de ambas as autoras no debate público sobre políticas de cuidado na cidade de Belo Horizonte, que culmina na publicação da lei que institui a Política Municipal de Cuidados de Belo Horizonte⁴.

Por meio das narrativas das fundadoras da Coletiva sobre o entrelaçamento entre suas histórias de vida e os movimentos sociais, delineamos como práticas ancestrais de cuidados coletivos, baseadas na dimensão comunitária, nas favelas e nas comunidades negras, vão tomando uma dimensão de ativismo social. É também a partir da constituição do ativismo que se configura uma interpelação do Estado, seja pelo acionamento coletivo de políticas públicas existentes, no tensionamento crítico ao fato de que em territórios e contextos de vulnerabilização, mulheres periféricas fazem o papel do Estado, ou mesmo na possível reconfiguração de sentido das políticas públicas de cuidado.

Em 2024, foi instituída a Política Municipal de Cuidado de Belo Horizonte, a primeira cidade brasileira a fazê-lo. A política vem sendo construída a partir de

³ Nesse artigo, também referida apenas como “Coletiva”.

⁴ Este artigo é baseado na pesquisa que resultou na tese de doutorado da primeira autora, orientada pela segunda autora. E nas observações e participações de ambas as autoras no debate em torno da política municipal de cuidados da cidade de Belo Horizonte. Pesquisa desenvolvida com o apoio de bolsa de doutorado concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à qual agradecemos imensamente. Agradecemos também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio concedido.

provocações e diálogos entre representantes do poder público e organizações e movimentos da sociedade civil, especialmente de movimentos de mulheres, como a Coletiva Mulheres da Quebrada. Esses movimentos e iniciativas se tornaram mais visíveis e numerosos depois da pandemia de Covid-19, que trouxe a pauta dos cuidados (e sua ausência) ao centro do debate público e intensificou a demanda por cuidados coletivizados, expondo de forma aguda as assimetrias de gênero, raça e classe na provisão e na recepção desses cuidados.

O Aglomerado da Serra, território onde surge a Coletiva Mulheres da Quebrada, é o maior conjunto de vilas e favelas de Minas Gerais e constitui-se historicamente a partir de processos contínuos de segregação urbana. A região abriga uma população heterogênea, submetida à precariedade de serviços públicos, exclusão digital, violência policial e estigmatização social. Sua proximidade com bairros de classe média e alta revela relações de codependência marcadas por subalternização, nas quais o trabalho doméstico e de cuidado realizado por mulheres negras periféricas sustenta a reprodução da vida das elites urbanas.

No cotidiano dessas mulheres, a reprodução social ocorre por meio de “arranjos de cuidado” (FAZZIONI, 2021), organizados em redes extensas de parentesco e solidariedade, que desafiam o modelo da família nuclear burguesa. Essas práticas, permeadas por imprevisto e precariedade, convivem com agenciamentos afetivos e formas de resistência local, em um território que, embora vulnerabilizado, também se afirma como espaço de criação cultural. Bailes Black Soul, funk, hip hop e coletivos artísticos expressam modos de reexistência da juventude negra e articulações políticas localizadas.

É nesse território que três mulheres, que se denominam como “filhas de movimentos sociais”, ativistas, produtoras culturais, artistas de dança e teatro, iniciam um projeto coletivo voltado a mulheres periféricas. A experiência de saída e retorno ao território transforma incômodos, memórias e afetos em um movimento social feminista não hegemônico, que politiza o cuidado e o corpo como estratégias de resistência. A Coletiva Mulheres da Quebrada torna-se, assim, uma ação coletiva territorializada na favela, que conecta histórias individuais à luta contra estruturas racistas, sexistas e classistas, buscando produzir transformações subjetivas e sociais. Ao fazerem esse movimento, as lideranças mobilizam a noção de cuidado como prática e política estabelecendo um diálogo crítico com perspectivas advindas dos feminismos e evocando as experiências de mulheres do território, que reafirmam a ancestralidade negra de modo a valorizar as formas coletivas de cuidado, as referências à família estendida e a noções menos individualistas de cuidado. Ao mesmo tempo, elas situam e problematizam o lugar de desigualdade e da exploração que, historicamente, mulheres negras ocuparam nos trabalhos de cuidado. No próximo tópico, recuperamos brevemente uma parcela deste debate teórico-político sobre cuidado para conectá-lo às questões propostas pela Coletiva.

Cuidados coletivos

Ouve-se sempre falar do feminismo, empoderamento, sororidade entre mulheres. Porém, é bem diferente quando se trata da quebrada, sendo que várias dessas mulheres passam por todos os tipos de faltas. Faltas de direitos, de afeto, de acessos, de trabalho, de saúde e outras tantas faltas. Mesmo com tantas violências, essas mulheres continuam nos trabalhos diários para sustentar suas famílias. Aí fica uma pergunta:

Qual é o momento em que elas se cuidam? Quando elas recebem cuidado?
(SCHEYLLA BACELLAR⁵, 2021)⁶

O debate acadêmico e político sobre cuidado está fortemente marcado pela tematização em torno da dificuldade continuada em se definir precisamente o sentido do termo, seus limites analíticos e sua operacionalização no campo das políticas públicas. Das longas digressões em torno da tradutibilidade ou não do termo *care* que, em inglês, apresenta múltiplas formas compostas com variadas traduções, como cuidar de alguém (*care for*), se importar (*care about*) ou ter cuidado (*be careful*) aos debates acerca de seu potencial analítico. As discussões perpassam a moralização subjacente à noção e suas implicações em termos de gênero (GILLIGAN, 1982; TRONTO, 1993), as múltiplas interpretações de seu sentido no contexto do mundo do trabalho globalizado (EHRENREICH e HOCHSCHILD, 2003, GEORGES, 2017) e os complexos entrelaçamentos entre o que se considera classicamente como trabalhos produtivos e reprodutivos (HIRATA, GUIMARÃES 2012; GEORGES, GARCIA DOS SANTOS, 2012). Em muitos dos estudos recentes, é a lógica da interdependência das relações humanas e, por vezes, não humanas que tem pautado a discussão, cada vez menos centrada no binarismo entre quem desempenha e quem recebe cuidados e mais fundada nas ideias de que a interdependência é um estado ontológico e de que a vulnerabilidade é parte de nossa condição de existência. (KITAY, 1999; MOL, 2008, PUIG DE LA BEL-LACASA, 2012)

No contexto brasileiro, nas primeiras décadas do século XXI, um conjunto bastante instigante de pesquisas tem mobilizado a noção de cuidado em etnografias focadas em territórios urbanos marcados pela precariedade de condições estruturais de sobrevivência.

Muitos destes trabalhos abordam como o cuidado é mobilizado contextual e localmente de diferentes modos e apresentam análises que dialogam muito diretamente com as questões que aqui apresentamos. Camila Fernandes (2021), a partir de etnografia realizada em um conjunto de favelas no Rio de Janeiro, analisa as moralidades que perpassam o cuidado tendo em vista os entrelaçamentos entre as casas de “tomar conta” que cuidam de crianças, as estruturas do Estado e a família extensa. Nathalia Fazzioni (2021), também no contexto das favelas do Rio de Janeiro, mobiliza a noção de “arranjos de cuidado” para discutir a flexibilidade e as adaptações do cuidado diante da ausência de políticas públicas de apoio à maternidade. Ranna Corrêa (2022), a partir da luta de mulheres periféricas de Porto Alegre por creche, traz à discussão as várias outras pautas levantadas por essas mulheres ao reivindicarem condições estruturais de sobrevivência como acesso à água e saneamento. Em todos esses casos, a maternidade é um marcador importante da agência das mulheres em torno de demandas relativas ao cuidado.

Simone Mestre (2023), em pesquisa realizada em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte, argumenta sobre uma “pedagogia da sororidade” entre mulheres que se constituem como lideranças comunitárias. Tal pedagogia teria a ver com as formações, táticas e dispositivos desenvolvidos e partilhados ao longo do processo de engajamento em lutas por política públicas.

Nadya Guimarães, Helena Hirata, e Kurumi Sugita (2011), ao discutirem as

⁵ Em diálogo com as principais interlocutoras da pesquisa, decidimos, em concordância com seu desejo, pela manutenção dos nomes reais das três lideranças fundadoras da Coletiva, tendo em vista a relevância de sua atuação como figuras públicas, no campo do ativismo social de mulheres negras e periféricas.

⁶ Coletiva Mulheres da Quebrada. Ser Mulher, Ser Território Próprio. 2021. Documentário, 30 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eNK6uYio9Og&ab_channel=MulheresdaQuebrada Acesso em: 30 mar.2024

diferentes terminologias para o cuidado no Brasil, França e Japão, apontam que, no contexto brasileiro, é o verbo “cuidar” mais do que o substantivo relativo ao cuidado que é cotidianamente acionado em noções como “cuidar de” e “tomar conta”, que são, por vezes, acompanhadas do destinatário dos cuidados como “tomar conta da casa”, “dos filhos”, “do marido”. Em geral, essas noções são marcadas por tarefas subalternizadas e agentes feminizados, sendo também associadas a noções de submissão que remetem, primeiro, à escravidão e, depois, às mulheres brancas ou negras. Ainda sobre os termos, Nadya Guimarães e Priscila Vieira (2020) apontam o quanto a terminologia “ajuda” é mais acionada do que o termo cuidado em contextos nos quais relações de cuidado não são reconhecidas como “trabalho” ou como “obrigação”. Enfocando contextos de pobreza urbana, em São Paulo, as autoras tematizam os circuitos de ajuda e as complexas redes de reciprocidade que conformam. As autoras argumentam que tais redes entre parentes e vizinhos são mais densas quanto mais distantes esses grupos estiverem de poderem acessar as políticas de cuidado do Estado ou o mercado.

Parte da produção mais recente sobre cuidado tem também evocado o debate proposto pelo feminismo negro, que mesmo quando não mobiliza diretamente a categoria cuidado como categoria analítica, traz críticas fundamentais para uma compreensão interseccional e historicizada das práticas de cuidado. Nessa direção, Lélia Gonzalez (2020) é uma referência central ao tematizar, a partir das figuras da mãe preta, mucama e mulata, a enorme sobrecarga histórica de atividades de cuidado exercidas por mulheres negras e os modos de resistência diante da extensa violência da escravidão. As análises de Gonzalez tornam-se, desse modo, fundamentais para se analisar os entrelaçamentos entre trabalho reprodutivo, domesticidade e sexualidade, tanto quanto o impacto duradouro da escravidão nas relações sociais brasileiras. De modo similar, as proposições de Patrícia Hill Collins (2019) em torno da noção de “imagens de controle” trazem problematizações basilares para o debate sobre o cuidado. Ao abordar a figura da mammy, como a “serviçal fiel e obediente” (COLLINS, 2019: 140), a autora aponta como essa imagem é criada para manter e justificar a escravização de mulheres negras. A construção do estereótipo da mulher querida pela família branca e, ao mesmo tempo, subordinada a ela, tem, segundo a autora, um papel fundamental nas opressões interseccionais de mulheres negras, que, através dos trabalhos de cuidado de crianças brancas e negras acabam sendo convertidas pelas estruturas do racismo em canais de perpetuação da opressão de raça. Collins levanta, contudo, uma questão fundamental tanto para os trabalhos acadêmicos que têm abordado as relações de cuidado como também para os ativismos, que diz respeito à autodefinição. A autora traz à cena estudos acadêmicos de mulheres negras que desafiam essas imagens de controle, argumentando o quanto eles são importantes por questionar concepções que acabam sendo acionadas, na academia e no senso comum, para controlar grupos dominados. Ela aborda a importância da autodefinição, não só como questão identitária mais geral, mas como algo central para fazer política. É precisamente este ponto que é crucial não só para o debate acadêmico sobre cuidado, mas também para o ativismo político.

É, ainda, em diálogo com esse referencial que grande parte da reflexão das mulheres da Coletiva se conforma e as conexões do movimento com o debate acadêmico são produzidas. Exemplo disso é a parceria estabelecida entre a Coletiva Mulheres da Quebrada e a Universidade Federal de Minas Gerais, com o projeto de extensão “Ser mulher, ser território próprio: articulações entre a Psicologia Comunitária e o Feminismo Negro”, que produz, por meio de ações como rodas de conversa temáticas, a articulação de saberes entre as mulheres do Aglomerado

da Serra e a academia, com foco em questões das mulheres negras periféricas e uma abordagem antirracista, territorializada, trabalhando questões como autoestima e empoderamento feminino⁷.

A etnografia da primeira autora deste artigo junto à Coletiva nos convida a pensar ainda sobre o conceito de “cuidados coletivos” (PEREIRA, 2024), que, nesse contexto, pode ser definido como múltiplas formas de produção de cuidado agenciadas por mulheres, predominantemente negras e periféricas, em movimentos sociais. Estas práticas podem ser articuladas com a noção de afeto, acolhimento, cuidado de si, e construídas sob uma perspectiva territorializada e “autodefinida” (COLLINS, 2019), visando à emancipação dessas mulheres e a transformação de estruturas interligadas de poder e opressão, como aquelas de raça, classe, gênero e território. Tais cuidados não se limitam à mera sobrevivência em contextos precários, o que histórica e estruturalmente é designado a esses sujeitos, mas buscam o bem viver, tanto individual quanto coletivamente e a transformação desses contextos sociais da vida cotidiana.

Cuidados coletivos, nessa perspectiva, são compreendidos como práticas políticas e pedagógicas que buscam subverter lógicas dualistas e dicotômicas, buscam aliviar a sobrecarga imposta às mulheres e promovem compartilhamento dos trabalhos de cuidados, bem como sua politização e reivindicação como direito de todas as pessoas. Baseiam-se no reconhecimento da interdependência entre os sujeitos e na necessidade de reciprocidade nas relações. Ao constituírem um território de cuidados seguro, feito por e para mulheres periféricas, tais práticas, ancoradas em saberes e práticas ancestrais e aspirando a transformações, produzem efeitos concretos na reconfiguração de subjetividades e trajetórias de vida, ampliando o entendimento do cuidado como um conceito prático, político e epistemológico, em que a atividade de cuidar e receber cuidados pode acontecer de forma simultânea, intercambiável e recíproca, tornando a carga mais leve e desafiando a unilateralidade do cuidado.

Desse modo, no contexto que aqui enfocamos, a noção de cuidado tem sido politizada e tensionada dentro desse movimento, que dialoga com múltiplas frentes, tais como: as teorias feministas de cuidado, as proposições políticas que, nos anos 2020, trouxeram o tema para o debate legislativo e as noções locais e territoriais que situam o cuidado a partir de epistemologias que remetem à ancestralidade.

A Coletiva

A Coletiva surge em 2018 a partir de algumas vivências com mulheres do Aglomerado da Serra, sentadas ali na esquina, sentadas no beco, encontrando no ponto de ônibus, a gente viu uma necessidade de realizar ações concretas a partir das demandas encontradas com essas mulheres nesse beco, nessa rua, nesse ponto de ônibus. De pensar como a gente podia realizar ações concretas e se fortalecer. A gente falando de um ambiente periférico de mulheres pretas, de mulheres diversas. (SCHEYLLA BACELLAR, 2021)

Nesta fala, Scheylla Bacellar, uma das fundadoras da Coletiva e liderança atuante do Aglomerado da Serra, aponta algumas pistas sobre como foi se construindo, organicamente, esse movimento de mulheres na maior favela de Minas Gerais. A partir de interpelações das próprias mulheres do território e do desejo em

⁷ O projeto é coordenado pela professora Paula Gonzaga, do Departamento de Psicologia e do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão - Conexão de Saberes/UFMG. Paula Gonzaga é também colaboradora da Coletiva assim como a primeira autora desse artigo.

concretizar ações de mudanças estruturais, diante da sobrecarga e do adoecimento físico e mental das mulheres, três lideranças se juntam para fazer alguma coisa. Inicialmente, não sabiam exatamente o quê ou como seria, mas elas decidem se movimentar juntas, começando por “sentar e conversar” sobre suas experiências e sobre como poderiam transformar a realidade, a partir da produção de cuidados e saúde, protagonizada pelas mulheres negras da favela.

As lideranças que fundaram a Coletiva costumam dizer que seus passos vêm de longe, vêm de suas mães, avós, tias, bisavós, vizinhas, amigas, colegas, de outras lideranças comunitárias e movimentos de mulheres, movimentos artísticos, culturais e de resistência que, de alguma forma, moldaram social e criticamente aquelas que viriam a fundar a Coletiva Mulheres da Quebrada. Após tentativas frustradas de se juntar a movimentos relacionados ao feminismo hegemônico e tentar fazer com que os movimentos de mulheres brancas de classe média *subissem o morro*, elas entendem que devem reconhecer, honrar e seguir os passos daquelas que vieram antes, *das suas*. É assim que, depois de sair da favela, para estudar, trabalhar, se apresentar artisticamente, dialogar com a universidade e outros movimentos, elas sentiram que precisavam voltar. *Sankofa* – algo que pode ser interpretado como voltar-se para o passado para ressignificar o presente e construir o futuro.

A criação da Coletiva partiu dos nossos incômodos, com coisas que a gente estava vivenciando e que as mulheres do nosso território estavam vivenciando. E aí, pensando em transformar esse incômodo das outras, a gente foi transformada. Porque seria muito fácil a gente procurar uma terapeuta lá no centrão e resolver meu problema. [...] Mas aí você volta, porque o negócio é voltar. É Sankofa, não é só ir, você vai, mas se você continuar dali para a frente, você vai manter sua vida, mas quando você volta você percebe, “eu não estou sozinha, não.” [...] E eu acho que a Coletiva é esse retorno. Porque a gente foi tanto, todas nós saímos, a gente continua indo, nossa vida continua lá. Toda vez que a gente está aqui a gente está voltando. Estamos voltando mais para a gente e junto com a gente tem um tanto de mulher. (SANDRA SAWILZA, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifos nossos)

Literal ou simbolicamente, elas saem e depois retornam a esse território, diferentes, com outras bagagens, em um desejo de movimentar as estruturas da sociedade a partir de uma ação centrada na perspectiva de mulheres negras organizadas coletivamente. Como aponta Sandra Sawilza, em entrevista: “*a gente mexeu num lugar da gente e de outras pessoas, que é existir a partir de um movimento. Quando a uma mulher preta se movimenta toda essa estrutura também está se movimentando, e ela foi movimentada.*”

Sandra Sawilza⁸ tem avós, pais e tios capixabas, que migraram do Espírito Santo para Belo Horizonte há algumas décadas. Simone Sigale é sua irmã. Elas cruzaram seus caminhos com Scheylla Bacellar, ainda na infância/ adolescência, mantendo algum nível de relação de sociabilidade e vizinhança. As três nasceram e foram criadas no Aglomerado da Serra, tendo em comum o fato de serem artistas e se considerarem “filhas de projetos sociais”. Essas mulheres sempre atuaram no território em ações promovidas por instituições diversas, como organizações não governamentais, movimentos religiosos, dentre outros. O terceiro e talvez mais importante elemento em comum entre elas, é uma inquietação, um *incômodo*.

Eu sou uma mulher que se incomoda muito com as faltas de direitos, e apesar disso demorei a agir de forma positiva em relação a isso, pensando na autoajuda e também

⁸ No momento de escrita da tese que embasa este artigo (ano 2024), as interlocutoras, Sandra, Simone e Scheylla tinham, respectivamente 43, 44 e 36 anos de idade.

na ajuda aquelas outras pessoas da comunidade nesse sentido. (Simone Sigale, entrevista concedida em 04 de março de 2024, grifo nosso)

Eu e minha irmã, a gente sempre participou de movimento social de alguma forma. A gente sempre foi muito incomodada com as coisas. “As coisas não podem ser do jeito que estão sendo, o que a gente pode fazer pra mudar isso?” Meio que intuitivamente a gente já fazia... (SANDRA SAWILZA, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024)

Simone, Sandra e Scheylla são o núcleo responsável pela gestão, coordenação e atendimento de demandas diversas e estabelecimento de parcerias e pontes entre essas demandas e outros agentes. Cuidam da parte administrativa, burocrática e financeira e são responsáveis pelas principais decisões da Coletiva enquanto um movimento e uma instituição. Além das três fundadoras, a Coletiva Mulheres da Quebrada conta com outras parceiras e colaboradoras. Algumas delas atuam desde os primórdios do movimento, tendo contribuído em sua fundação, outras se juntaram posteriormente, em diferentes momentos. Há uma certa rotatividade dessas outras colaboradoras, chamada de equipe de gestão ampliada, que atua de forma mais pontual, focada em ações específicas e por períodos variáveis. Devido à sua importância na fundação e sustentação da Coletiva enquanto um movimento social, este artigo terá como foco apenas as três fundadoras, suas trajetórias e relações ancestrais com práticas de cuidados coletivos e com o território onde vivem.

Nas narrativas das fundadoras sobre a origem e motivações desse movimento, para além da vontade de fazer algo diante das violências estruturais, está a ancestralidade. Suas mães, tias, avós, são figuras centrais quando falam sobre como chegaram ali. Sandra e Simone, que são irmãs, contam sobre as ações de sua mãe, Dona Nadir, em defesa e proteção de mulheres da comunidade, vítimas de violência doméstica e sexual. Nadir, cuja história é marcada por tais violências, acolhia e defendia essas mulheres, em sua própria casa. Ela também foi presidente da Associação Comunitária por muitos anos, articulando ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da vila em que morava no Aglomerado da Serra. A trajetória das irmãs Sandra e Simone também é marcada por outra ancestral, chamada Nadir, a tia, que era uma liderança bastante atuante no combate à insegurança alimentar no território, com movimentação de cestas básicas e outras doações. A avó delas, Rita, da mesma forma, era conhecida por defender o direito à liberdade das mulheres e incentivar a autonomia de seus corpos. Ela própria, narrada pelas irmãs como uma mulher livre, que nunca se prendeu a homens e não se curvava a julgamentos moralistas, em um período histórico em que isso era algo bastante incomum e quase subversivo.

As três fundadoras, que já se conheciam há bastante tempo, nas *ruas e becos da quebrada* e de movimentos artísticos da cidade de Belo Horizonte, perceberam que tinham muitas coisas em comum. Dentre elas, a ancestralidade marcada pela presença de mulheres ativistas em cuidados comunitários e defesa de outras mulheres, de diferentes formas. As três sempre sentiram também muitos *incômodos* e o desejo de fazer algo diferente, *junto com e pelas suas*, as mulheres do Aglomerado da Serra. Começam a se movimentar, inicialmente de forma experimental, a partir das indagações: *quem cuida de quem cuida? Quando aquelas que sustentam a vida com seu trabalho explorado de cuidados, podem cuidar de si ou receber cuidados?*

Scheylla Bacellar é dançarina com enfoque nos estilos Hip-Hop e Funk, referência na cena artística cultural belorizontina. Arte-educadora, professora de dança, produtora cultural, possui longa história com a dança, habilidade e inte-

resse que herdou da mãe, dançarina de grupos de *soul music* em bailes e competições há décadas. Ainda adolescente, começou a atuar como liderança cultural no Aglomerado da Serra, também a partir de projetos como o Criança Esperança, no qual trabalhou como monitora da linha de Articulação Comunitária. A partir de suas vivências como artista e mulher negra na capital mineira, teve contatos com movimentos feministas hegemônicos, em contextos acadêmicos e artísticos da cidade.

Scheylla sentia algumas frustrações nas experiências com esses movimentos, predominantemente formados por mulheres brancas de classe média, e que não contemplavam as demandas e pautas de mulheres negras e faveladas, como ela. Diante disso, se propôs a “fazer algo diferente, junto das suas”. Partindo da indignação com as opressões e processos de vulnerabilização que sofriam as mulheres do Aglomerado da Serra, muitas delas parentes, vizinhas e amigas, Scheylla começa a movimentar pequenos encontros terapêuticos com o apoio de psicólogas. Eram encontros informais, despreziosos, tomando um café na cozinha ou no quintal, por vezes sentadas na calçada, nas ruas e becos da favela. Scheylla convidava essas mulheres a falar e escutar, tendo como eixo condutor a questão dos cuidados e da saúde mental das mulheres negras e periféricas. Os encontros eram semanais, com o intuito de promover um espaço em que pudessem falar de si, de suas dores, desejos, vivências, um espaço exclusivo de mulheres, vizinhas, amigas, conhecidas, o pequeno movimento que elas nomearam Gotas de Cuidado.

Essa movimentação chama a atenção de Sandra e Simone, que se juntam a Scheylla e coletivamente organizam uma série de encontros maiores, em formato de projeto cultural, com apoio de recursos de um edital da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Quando a Scheyllinha chama para conversar, eu falei que a gente podia ter esse lugar mesmo, em que a gente pudesse conversar. Falei com a Scheyllinha que a gente podia fazer um projeto. Ela falou que estava fazendo uma movimentação, ela me convidou muitas vezes para ir ao Gotas de Cuidado, que era sempre no sábado à tarde ou algum dia da semana à noite, mas eram os mesmos dias que eu estava lá ensaiando, então eu não consegui ir nenhuma vez em nenhum encontro delas. Os encontros eram as vezes na casa da Scheyllinha, às vezes na casa de alguma outra mulher. E aí, eu e Simone começamos a encontrar com a Scheyllinha em paralelo a isso que estava acontecendo lá com as psicólogas, esses encontros onde elas acolhiam algumas mulheres, iam na casa da mulher, tomava um café com ela, conversava... (SANDRA SAWILZA, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024)

No âmbito do projeto escrito e executado por elas, foram realizados 24 encontros em centros culturais do Aglomerado da Serra, com a presença constante de cerca de 30 mulheres. Os encontros eram pautados na questão da “saúde mental, empoderamento e autoestima de mulheres negras, autocuidado e autoaceitação de seus corpos e trajetórias” (COLETIVA MULHERES DA QUEBRADA, 2023) e envolviam atividades como oficinas de tranças, dança, samba, percussão, rodas de conversa com psicólogas. Quando o projeto acabou, elas perceberam que “algo tinha acontecido ali” e que “não era possível voltar atrás”. Ao reunir essas mulheres, tendo em atividades artísticas ou rodas terapêuticas um mote para esse encontro, e para tratar de questões mais profundas como violências de gênero, raça, classe e território, elas produzem um desejo coletivo de continuar, de ir além.

É como se tivesse tirado uma venda. É isso. Não tem como você colocar a venda de novo e seguir. Não tem como. A gente mexeu num lugar da gente e de outras pessoas, que é existir a partir de um movimento. Quando a uma mulher preta se movimenta toda essa estrutura também está se movimentando, e ela foi movimentada. E aí como é que você vai voltar isso aqui? Como é que você vai

tampar a visão dessas pessoas, que já viram, que é junto que a gente consegue. No movimento. (SANDRA SAWILZA, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

Com o encerramento do projeto cultural, veio o reconhecimento de uma responsabilidade por parte das lideranças sobre o efeito que produziram naquelas mulheres do território que viram algo começar a se transformar nas formas de lidar consigo mesmas e de enxergar as dinâmicas sociais relacionadas ao cuidado. A *venda* que foi tirada dos olhos dessas mulheres estava ligada a uma percepção de que elas fazem parte de uma estrutura social desigual e perversa que se vale da exploração do trabalho das mulheres negras e periféricas para se sustentar. Há uma espécie de movimento de autoconsciência de classe, nesse caso, relacionado ao próprio trabalho de cuidado, o lugar que ele ocupa na vida dessas mulheres e suas interconexões com questões raciais, territoriais e de gênero, principalmente. Simone, Sandra e Scheylla perceberam que deveriam continuar “fazendo alguma coisa”, o movimento iniciado para lidar com seus incômodos havia se tornado algo maior do que o previsto, maior do que um projeto. Mas elas não tiveram muito tempo para refletir sobre isso, pois o cenário seria muito diferente apenas um mês após a conclusão do projeto.

A crise social decorrente da pandemia de Covid-19, que veio logo após a fase de finalização do projeto, atravessa esse caminho e redireciona rotas, gerando demandas específicas, e fazendo com que uma pequena iniciativa começasse a se tornar um movimento social de maior repercussão. Em um período marcado pela necessidade de distanciamento social e violações de acesso a direitos básicos, a Coletiva, na figura de suas lideranças, se torna uma referência para as mulheres do Aglomerado da Serra.

Dessa forma, aquela iniciativa outrora experimental, organizada em forma de projeto cultural, com início, meio e fim, começa a se tornar um movimento social, contínuo, com ampla visibilidade e muitas frentes de ação. Durante o período da pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2022, a Coletiva articula uma vasta rede de doações de alimentos e produtos de higiene, além de consolidar uma rede de atendimento psicológico gratuito e continuado direcionado a mulheres em situação de vulnerabilidade. Com o arrefecimento da crise pandêmica, a Coletiva, agora com uma sede alugada e uma estrutura de organização mais articulada, se volta a atividades presenciais, tendo nos encontros em roda com foco terapêutico, pautado na produção de cuidados coletivos, sua principal forma de atuação.

É uma responsabilidade que a gente conquistou, mas que a gente não idealizou isso. Aconteceu. De repente você vira uma referência. Construímos a ideia de que aqui é um lugar onde você consegue transformar a sua vida, melhorar sua vida de alguma forma. E que é de dentro para fora, não é de fora para dentro, é de dentro para fora. Então, assim, se acontecesse com uma já seria lindo, e daí de repente acontece com várias, inclusive com a gente, então não, não tem volta. (SANDRA SAWILZA, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024)

A Coletiva Mulheres da Quebrada se consolida a partir desse período como um amplo movimento de mulheres, com visibilidade nacional e internacional no debate sobre cuidados e feminismos negros e periféricos, atuando em diferentes frentes, articulando parcerias, metodologias e formas de organização próprias. Dentre elas estão atividades terapêuticas individuais e coletivas, atividades culturais como oficinas de teatro e dança, projetos de valorização da memória, focados em potencializar as vozes de mulheres mais velhas no território, projetos voltados à linguagem audiovisual como forma de discutir questões sociais mais amplas, ações voltadas à segurança alimentar e luta contra os efeitos das mudanças

climáticas no território, organização de grupos virtuais de acolhimento e debates sobre temáticas de interesse das mulheres do território, articulação de bazar e de doações de roupas e outros itens, dentre muitas outras frentes de ação, que se desenvolveram e continuam se desenvolvendo desde a fundação da Coletiva, em maior ou menor intensidade. O cuidado, politicamente mobilizado em suas ações, tem amplo sentido, perpassando das condições estruturais de sobrevivência às dimensões da arte, cultura e ancestralidade.

Os desafios do cuidado como política

No ano de 2023, sob o terceiro mandato do presidente Lula, no Brasil, foi criada a Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SNCF/MDS). Um dos objetivos da SNCF é a formulação, coordenação e implementação de uma Política e um Plano Nacional de Cuidados, de forma a garantir o direito ao cuidado (compreendido sob diversos ângulos, como direito a cuidar, a receber cuidados e ao autocuidado), com especial atenção àqueles que precisam de cuidados especiais, como pessoas idosas e crianças, e aquelas pessoas que cuidam, como as mulheres. Em dezembro de 2024, após um ano de discussões conduzidas por um grupo de trabalho interministerial, a Política Nacional de Cuidados foi instituída pela Lei 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Em 2025, a lei foi regulamentada pelo Decreto 12.562. Paralelamente e de forma articulada, em Belo Horizonte, foi se constituindo um grupo que envolvia vereadoras, membros do poder executivo e lideranças de movimentos sociais, focados na construção de uma política de cuidados na cidade. Em setembro de 2024, Belo Horizonte tornou-se a primeira cidade do país a instituir uma Política Municipal de Cuidados, Lei 11.751, de 24 de setembro de 2024. Trazendo mudanças fundamentais nos debates e nas concepções do cuidado como política pública, ambas as leis foram provenientes de ações intensas de movimentos sociais e debates políticos especialmente após a pandemia de Covid-19, deflagrada em 2020, que tornou pungente a necessidade em se compreender, priorizar e colocar o cuidado em políticas públicas. Para os fins deste artigo, focaremos em alguns aspectos da Política Municipal em questão. Porém, a mesma deve ser compreendida de forma articulada com a política nacional e outras movimentações na América Latina em torno da compreensão do cuidado como um direito reconhecido pelo Estado, em interface com a sociedade civil organizada.

O texto da Política Municipal de Cuidado de Belo Horizonte destaca a seguinte compreensão do conceito de cuidado:

Art. 2º - Para os fins desta lei, considera-se:

I - cuidado: trabalho cotidiano realizado com vistas ao atendimento das necessidades materiais, psicológicas e sociais básicas da vida diária, compreendido como meio de sustentação, reprodução e manutenção da vida humana e de garantia do bem-estar;
(...)

Parágrafo único – Enquadra-se no conceito de cuidado o trabalho realizado pelo poder público ou por particulares, de forma remunerada ou não, com ou sem interação entre pessoas, em caráter permanente ou temporário, exclusivo ou compartilhado. (BELO HORIZONTE, 2024)

Essa compreensão coaduna com abordagens antropológicas e feministas sobre o conceito de cuidado e sua multidimensionalidade, entendendo-o como algo crucial para a vida humana e social em todas as suas fases e aspectos, abrangendo ações realizadas em nível das relações interpessoais, familiares e institucionais,

colocando em foco a corresponsabilização ampla e equitativa pelo trabalho de cuidar, como se pode perceber em alguns artigos e parágrafos:

Art. 3º - São princípios da PMC:
(...)

II - reconhecimento do cuidado como responsabilidade do poder público e da coletividade, a ser provido com qualidade e primando pelo direito à convivência familiar e comunitária. (BELO HORIZONTE, 2024)

É importante perceber também que essa perspectiva parte do entendimento do cuidado como um trabalho, colocando luz sobre dois polos principais como “beneficiários” da Política: por um lado, os sujeitos que demandam mais cuidados e, por outro, aqueles que historicamente desempenham a maior parte das funções de cuidar:

Art. 6º - São destinatárias da PMC todas as pessoas que participem diretamente das relações de cuidado, em especial:

I - pessoas idosas;

II - pessoas em processo de envelhecimento que vivem em situação de rua;

III - pessoas com deficiência;

IV - pessoas com sofrimento ou transtorno mental;

V - crianças na fase da primeira infância;

VI - cuidadores remunerados ou não. (BELO HORIZONTE, 2024)

Embora seu foco esteja sobre esses sujeitos, reforçando algumas premissas mais clássicas e binárias sobre cuidado, a lei também traz algumas aberturas – frestas - para uma compreensão do cuidado a partir de sua dimensão coletiva ou comunitária, possibilitando uma interpretação menos dicotômica e que considere as dinâmicas territoriais, com atenção aos marcadores sociais de raça, classe e gênero. Um dos objetivos indicados no texto refere-se a “IV - promover a atuação cooperativa entre o poder público e a coletividade”. Essa dimensão coletiva do cuidado pode ser compreendida como uma contribuição de diversos movimentos sociais que participaram do processo de construção da política, em especial movimentos de mulheres periféricas, como a Coletiva Mulheres da Quebrada.

Em julho de 2021, anos antes da instituição da lei, lideranças da Coletiva foram convidadas pela Gabinetona⁹, um mandato coletivo com perspectiva feminista, a falar em audiência pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Naquela ocasião, estava em pauta a situação das mulheres das favelas de Belo Horizonte e a sobrecarga das lideranças comunitárias, também mulheres, na busca por “suprir a ausência do Estado” em meio à crise social intensificada pela pandemia de Covid-19. Na audiência foi debatido o limite da atuação voluntária das lideranças comunitárias em situações como grave insegurança alimentar, adoecimentos físicos e psicológicos, desemprego, violência doméstica, dentre outras situações que chegavam todos os dias à Coletiva. Sob a égide de um questionamento que ganhou destaque durante a pandemia, “Quem cuida de quem cuida?”, na audiência foram feitos apelos chamando à responsabilidade do poder público na garantia de condições mínimas de cuidado para aquelas mulheres que são as principais cuidadoras em nossa estrutura histórica e social. Mesmo não tendo efeitos imediatos - visto que as lideranças continuaram sobrecarregadas e atuando nos cuidados coletivos de forma voluntária e precariamente - essa audiência é considerada um marco nas movimentações institucionais que culminaram no

⁹ A Gabinetona denomina-se um mandato coletivo e aberto na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), criado em 2017 pelas vereadoras Cida Falabella e Áurea Carolina, ambas do Partido Socialista e Liberdade (PSOL), e que segue sendo articulado por outras parlamentares da cidade.

grupo de trabalho que construiu a Política Municipal de cuidados de Belo Horizonte, que contou com forte atuação da Gabinetona e de movimentos sociais da cidade, unidos em torno de debater amplamente essa pauta, sob uma perspectiva da coletivização dos cuidados. Essa movimentação articulou discussões e trocas de experiências com outras iniciativas como as “Manzanas de cuidado” na Colômbia e o projeto “Ver o cuidado” em Belém/PA, tornando Belo Horizonte uma cidade pioneira no Brasil no sentido de instituição de uma política.

Ao acompanharmos esse debate em nível local, na constituição da Política Municipal de Cuidados de Belo Horizonte, notamos os enormes desafios da implementação da política. Se a definição de cuidado tem uma amplitude desafiante, questões práticas como orçamento e articulação setorial entre os diversos campos e secretarias que atravessam o tema não são menores. No contexto de Belo Horizonte, vale destacar o quanto as políticas culturais tiveram um lugar fundamental na agregação de diferentes movimentos sociais em torno do debate sobre cuidado. Ainda no processo de debate que antecede a lei, o mapeamento dos “territórios de cuidado” foi fundamental ao mobilizar iniciativas de diferentes territórios periféricos da cidade, envolvendo campos dos mais variados, como agroecologia, saúde mental, atividades artísticas e culturais, acolhimento de pessoas em situação de violência e vulnerabilidade, dentre outros. Muitos desses “territórios de cuidado” acessavam, ou passaram a acessar a partir dessa interlocução com o poder público, alguma forma de financiamento por meio de políticas culturais, dada a ausência de recursos específicos voltados à pauta do cuidado.

A promulgação da lei em 2024 coloca o cuidado no centro de uma política pública, como um direito associado a outros direitos básicos. Sua importância decorre do fato de tornar o cuidado explicitamente um direito, objeto de políticas continuadas e, possivelmente, orçamento específico. Trata-se de uma incidência mais concreta, que dá um passo além dos debates que já vinham sendo elaborados em outros lugares do país e caminha junto com a instituição da Política Nacional de Cuidados. Importante dizer que a Política possui uma abordagem multisetorial, prevendo articulações entre diferentes áreas dentro da estrutura municipal, especialmente as secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação. Ainda que não seja possível analisar com mais profundidade a implementação da política de cuidados, uma vez que sua regulamentação ainda está em curso, gostaríamos de traçar algumas ponderações.

No debate em torno da implementação da política, uma questão essencial que tem sido levantada pelos movimentos sociais são os desafios de uma implementação concreta e material de políticas públicas que coloquem o cuidado como um direito fundamental. Assim, se a articulação entre cuidado e cultura, foi fundamental para muitos movimentos e trouxe à tona a multidimensionalidade do conceito e suas práticas, num momento posterior, a demanda dos movimentos tem sido por um direcionamento de orçamento específico para as políticas de cuidado.

Lideranças de movimentos que pautam os cuidados coletivos, sustentados à base de virações e precariedade, além de muita força de trabalho voluntário não remunerado, seguem lidando com a sobrecarga dos cuidados, na corda bamba das tentativas de articular políticas públicas e recursos materiais com as suas práticas de cuidados, nas margens e nas frestas que conseguem encontrar para seguir se movimentando.

Neste processo de debate sobre a implementação da política é patente a demanda de lideranças dos movimentos por algum protagonismo. A dimensão racial também é crucial neste debate, havendo uma reivindicação pelo reconheci-

mento da histórica desigualdade que marca as relações de cuidado e da experiência que esses movimentos acumulam conectando passado, presente e a noção de ancestralidade. Tais demandas aparecem de modo mais direto em sugestões em torno da institucionalização de espaços de cuidado já existentes na cidade, da possibilidade de que possam dar consultorias para o poder público e na demanda direta por um não embranquecimento das políticas de cuidado.

Os movimentos sociais, especialmente aqueles de mulheres negras e periféricas, como a Coletiva, pautados na coletivização dos cuidados, atuam em articulação e no tensionamento do poder público na reivindicação de políticas efetivas que contemplem a realidade de seus territórios. Tais movimentos, a um só tempo, articulam práticas políticas e pedagógicas valendo-se de tecnologias ancestrais de cuidados coletivos como formas de sobrevivência e bem-viver em meio a processos de vulnerabilização e crises crônicas (VIGH, 2008) e interpelam agentes do Estado, colocando no centro do debate político o cuidado como direito.

Considerações finais

Heike Drotbohm (2022) destaca o quanto o cuidado pode ter tanto uma característica conservadora, ligada ao passado como também uma dimensão transformadora ligada a noções como desenvolvimento, aprimoramento e expectativas de cura. A atuação da Coletiva Mulheres da Quebrada e a multiplicidade de ações territoriais que performam em torno da noção de cuidado, mostram, em alguma medida, o modo como esse duplo, à primeira vista antagônico, se articula em suas ações, que buscam conectar-se a práticas ancestrais de cuidado ao mesmo tempo em que visam uma perspectiva transformadora da realidade social em que vivem.

Ao longo do artigo, alinhavamos, a atuação do movimento ao contexto político local e às interpelações que este movimento, e outros tantos, têm feito ao Estado. Essas interpelações alargam o conceito de cuidado dentro da política pública municipal, colocando-o em uma perspectiva crítica. Esse alargamento também traz ao debate as inter-relações entre os cuidados com outras esferas como cultura, política, artes, movimento social, saúde mental, e articula com as complexas relações sociais de gênero, classe, raça, território. A partir dessas interfaces entre movimentos sociais e poder público, o processo de construção da Política Municipal de Cuidados e os esforços para sua implementação põem em discussão uma noção mais ampliada de cuidado que não se restringe ao cuidado como trabalho, mas inclui também autocuidado, saúde mental, religiosidade, uma série de atividades culturais, terapias, formas de organização que passam a ser colocadas na chave do cuidado.

A pandemia de Covid-19 aprofunda e evidencia a crise de cuidados¹⁰ em países como o Brasil. Tal crise se relaciona, dentre outros fatores, ao envelhecimento populacional, a desigualdades sociais, e em especial, aquelas de gênero, raça, classe e território, acentuadas pelo aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho – que relega às mulheres negras e com menor renda aos trabalhos remunerados de cuidados. No bojo da crise sanitária cresce também o debate acerca do cuidado como direito e objeto de políticas públicas, por pressão, especialmente de movimentos feministas (CEPAL, 2020). Nesse período, também foi perceptível o aumento de movimentos sociais organizados em torno da

¹⁰ Ver também publicações recentes como CAMARANO, Ana Amélia; PINHEIRO, Luana (org.). *Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2023.

pauta dos cuidados, sob uma ótica interseccional, que, por um lado, estão se articulando e promovendo ações e práticas de cuidados em seus territórios, e por outro, pressionam o Estado na busca por políticas públicas e recursos materiais voltados aos diversos eixos que convergem na pauta dos cuidados, como saúde, educação, moradia, mobilidade urbana, trabalho digno, dentre outros. Muitos desses movimentos evidenciam as lacunas e ausências de políticas públicas que estão diretamente relacionadas à sobrecarga de mulheres, que muitas vezes “fazem papel de Estado”, sobretudo em territórios vulnerabilizados. Assim, neste momento crucial de implementação de novas públicas, parece-nos fundamental termos atenção para que não haja uma apropriação indevida da noção de cuidados coletivos que, ao invés de levar para as políticas públicas os entendimentos, tecnologias e práticas de cuidados performadas pela ação de movimentos sociais, o Estado acabe simplesmente por reinstaurar a sobrecarga sobre essas mulheres.

Nesse contexto, observamos movimentações importantes na América Latina, a partir de interações entre sociedade civil organizada, governos, organismos internacionais no sentido de instituir e implementar políticas e sistemas integrais de cuidados (ONU MULHERES CEPAL, 2021), sob uma perspectiva que considere as desigualdades de raça, gênero, classe e outras, de forma interligada.

Os movimentos de mulheres negras e periféricas pautam, para além dos direitos básicos de quem cuida e de quem é cuidado, o direito ao descanso, ao tempo para si, ao autocuidado. Para isso, o chamado à corresponsabilização pelas tarefas necessárias e sempre urgentes de cuidar, é latente. Outro ponto importante desta pauta é que as interfaces entre Estado e movimentos, em geral, liderados por mulheres negras não gere mais sobrecarga sobre essas pessoas, terceirizando responsabilidades sobre os cuidados comunitários. A noção de cuidados coletivos passa pela divisão mais equitativa das tarefas e responsabilidades de cuidar. Tais práticas buscam quebrar o binarismo do cuidado, onde sempre há alguém que cuida enquanto outrem é cuidado. As práticas de cuidados coletivos são um chamado ao compartilhamento de decisões, responsabilidades, funções. O cuidar do outro e de si podem acontecer de forma simultânea. O direito ao cuidado é tão importante quanto as condições para que tal cuidado se realize, incluindo o tempo para o descanso, o lazer e as atividades voltadas ao bem-estar e à saúde mental.

Ao trazermos parte da história da Coletiva Mulheres da Quebrada buscamos explicitar como os movimentos podem articular noções de cuidado que remetem à noção de ancestralidade ao mesmo tempo em que dialogam com perspectivas acadêmicas sobre o tema e com as políticas públicas. Longe de encerrarmos análises, nossa intenção é trazer alguns elementos para se pensar sobre esse instigante momento de implementação de novas políticas públicas. Neste sentido, os desafios postos nas políticas de cuidado estão longe de serem triviais ou fáceis de serem superados, mas a mudança no enfoque é um primeiro passo para visibilizar a trama que sustenta nossa existência coletiva.

Referências

- BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 dez. 2024.
- BELO HORIZONTE. Lei nº 11.751, de 24 de setembro de 2024. Institui a Política Municipal do Cuidado. *Diário Oficial do Município de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, MG, 25 set. 2024.
- COLETIVA MULHERES DA QUEBRADA. Ser Mulher, Ser Território Próprio. *YouTube*. Documentário, 30 min., 2021.
- COLETIVA MULHERES DA QUEBRADA. Currículo. (Documento interno) 2023
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e apolítica do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CORRÊA, Ranna. *Lutas por creches, lutas do cotidiano: cuidado e moralidade no ativismo de mulheres no Morro da Polícia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFRGS, 2022.
- DROTBOHM, H. O cuidado além do reparo. *Mana*, 28 (1): 1-23, 2022.
- EHRENREICH, Barbara.; HOCHSCHILD, Arlie Russel. (orgs.). *Global Woman. Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*. New York: Metropolitan/Owl Book, 2003.
- ONU MUJERES; CEPAL. *Hacia la construcción de sistemas integrales de cuidados en América Latina y el Caribe. Elementos para su implementación*. Santiago: ONU Mujeres/CEPAL, 2021.
- FAZZIONI, Natália Helou. Nem bom, nem mau: reflexões sobre “arranjos de cuidado” materno em dois contextos de pesquisa. *[SYN]THESIS*, 14 (2): 18-27, 2021.
- FERNANDES, Camila. *Figuras da causação: as novinhas, as mães nervosas e mães que abandonam os filhos*. Rio de Janeiro: Telha, 2021.
- FISHER, B.; TRONTO, J. Toward a Feminist Theory of Caring. In: ABEL, E. K.; NELSON, M. (orgs.). *Circles of Care*. Albany, New York: SUNY Press, 1990.
- GEORGES, I. “O ‘cuidado’ como ‘quase-conceito’: por que está pegando? Notas sobre a resiliência de uma categoria emergente”. In: DEBERT, G. G.; PULHEZ, M. M. (orgs.) *Textos didáticos, Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2017.
- GEORGES, I.; SANTOS, Y. G. “Care e políticas públicas: o caso das agentes comunitárias de saúde e das agentes de proteção social”. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. (orgs.). *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas, 2012
- GILLIGAN, C. *In a different voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, N.; VIEIRA, P. 2020. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. *Estudos Avançados*, 34 (98): 7-24, 2020.

GUIMARÃES, N.; HIRATA, H.; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. *Sociologia & Antropologia*, 1 (1): 151-80, 2011.

KITTAY, Eva F. *Love's Labor: Essays on Women, Equality and Dependency*. New York: Routledge, 1999.

MESTRE, Simone de Oliveira. *Pedagogia da sororidade: uma etnografia com mulheres lideranças de Ribeirão das Neves – MG*. Tese (Doutorado em Sociologia), UFMG, 2023.

MOL, Annemarie. *The logic of care: health and the problem of patient choice*. London: Routledge, 2008.

PEREIRA, Ana Beatriz Nogueira. “Sozinha eu não vou, mas juntas nós vamos” [manuscrito]: práticas políticas e pedagógicas de cuidados coletivos da Coletiva Mulheres da Quebrada no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte/MG. Tese (Doutorado em Antropologia), UFMG, 2024.

PUIG DE LA BELLACASA, M.; BÖSCHEMEIER, A. G. E.; ENGEL, C. GRECO, L. R.; FIETZ, H. “O Pensamento Disruptivo Do Cuidado”. *Anuário Antropológico*, 48 (1): 108-33, 2023.

TRONTO, Joan. *Moral boundaries: a political argument for an ethic of care*. New York: Routledge, 1993.

VIGH, Henrik. Crisis and Chronicity: Anthropological perspectives on continuous conflict and decline. *Ethnos*, 73 (1): 5-24, 2008.